

CAISAN AM

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO AMAZONAS

PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

2018 - 2019



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

Manaus - 2018

Ficha Técnica

GOVERNADOR DO ESTADO

Amazonino Armando Mendes

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO AMAZONAS – CAISAN/AM

Presidente

Marilena Mônica Mendes Perez - **Secretária de Estado de Assistência Social**

Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ

Alfredo Paes dos Santos
Raina Francis da Costa Cabral

Secretária Executiva

Elba Katiane Santos Borges – Coordenadora da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC

Eliane Ferreira da Silva
Gustavo da Silva Souza

Titulares e Suplentes

Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS

Marilena Mônica Mendes Perez
Karine Vasconcelos Mendes

Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA

Marcelo José de Lima Dutra
Valeria Regina Gomes da Silva

Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR

José Aparecido do Santos
Tanis Guimarães de Castro

Secretaria de Estado da Saúde – SUSAM

Francisco Deodato Guimaraes
Joselina Alves de Castro

Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC

Gedeão Amorim
Maria Cinlany Torres

Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEPLANCTI

João Orestes Schneider Santos
Maria Ivani de Castro Rodrigues

Comitê Técnico de Elaboração do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas

Secretaria Executiva da CAISAN

Elba Katiane Santos Borges

Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS

Karine Vasconcelos Mendes
Juliana Ketlen Cavalcante Lima Saboia

Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino - SEDUC

Maria Cinlany Torres
Rossineide Gomes Brito

Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR

Tanis Guimarães de Castro
Felipe Miranda Marques

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

Valeria Regina Gomes da Silva
Ayub Borges Marques

Secretaria de Estado da Saúde - SUSAM

Joselina Alves de Castro

Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEPLANCTI

Antônio Iran Gadelha

Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas - CONSEA

Arlete Oliveira Conceição Anchieta da Silva

Colaboradores

Secretaria Executiva da CAISAN

Gleice Maria Garcia Ribeiro

Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS

Juliana Ketlen Cavalcante Lima Saboia

Salomé Amaral Coelho

Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino - SEDUC

Kathlen Francelino Santos

Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - SEJUSC

Célia Mara Alves Ferreira

Cristiano Naveca Chixaro

Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR

Celma de Lima Viana

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

Flávio Ruben P. Oliveira Júnior

Giuliano Piotto

Maria Edilene Neri de Sousa

Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEPLANCTI

Edmar Lopes Magalhães

Maria das Graças Brandão dos Reis

Secretaria de Estado da Saúde – SUSAM

Carmem Marques Menezes

Liane Araújo de Figueiredo

Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF

Hellen Regina Pinheiro Jordao

Juliane da Silva Lima

Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM

Alfeu Ferraz Marques

Alfredo da Silva Pinheiro

Dimitri Portugal

Hugo Stênio Gama dos Santos

Malvino Salvador

Marcam Zik Uchôa

Agência de Desenvolvimento Sustentável – ADS

José Ramonilson de Souza Gomes

Heitor Liberato Junior

Vanuza Barroncas Viana

Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas - FVS

Ana Lucy Teixeira Magalhães

Augusto Kluczkovski Júnior

Maria Emília Almeida

Nailton Ribeiro Lopes

Rosemary Costa Pinto

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA

Dionisia Nagahama

Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Silvana Gomes Benzecry

Agradecimento aos colaboradores

Fabiana de Alencar Saunier

Letícia Soares Guimarães

Luiz Felipe Manhuari

Ozni Flamarion Pacheco Fernandes Junior

Consultoria e elaboração**SEVEN Consultoria**

Ana Angélica da Silva Oliveira – Nutricionista

Revisão textual

Madalena Coutinho da Silva

Diagramação

Gilvandro Seixas

Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas.

Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANESAN

2018- 2019. Manaus, AM, CAISAN – AM, 2018.

00p;

ISBN:

1. Segurança Alimentar e Nutricional no Amazonas. 2. Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas. 3. Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional

Siglas e Abreviaturas

ADAF – Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas
ADS – Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
AF – Agricultura Familiar
AFEAM – Agência de Fomento do Estado do Amazonas
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CAE – Conselho de Alimentação Escolar
CAISAN – Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
COSAMA – Companhia de Saneamento do Amazonas
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DVISA – Departamento de Vigilância Sanitária
EAN – Educação Alimentar e Nutricional
EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EMAD – Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar
EMAP – Equipe Multiprofissional de Apoio
EPSO – Estratégia de Prevenção e Controle da Obesidade
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FEI – Fundação Estadual do Índio
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FVS – Fundação de Vigilância Sanitária
GPTEs – Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSAN – Insegurança Alimentar e Nutricional
IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
LACEN – Laboratório Central de Saúde Pública do Amazonas
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social
MS – Ministério da Saúde
OMS – Organização Mundial da Saúde
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAM – Pesquisa Agrícola Municipal

PBF – Programa Bolsa Família
PCTs – Povos e Comunidades Tradicionais
PIB – Produto Interno Bruto
PLANESAN – Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
PLANSAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN – Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PPA – Plano Plurianual
POF – Pesquisa de Orçamento Familiar
PREME – Programa de Regionalização da Merenda Escolar
RAG – Relatório de Ação Governamental
RAS – Rede de Atenção à Saúde
RIPSA – Rede Interagencial de Informações para a Saúde
SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SAD – Serviço de Atenção Domiciliar
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SEAS – Secretaria de Estado da Assistência Social
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino
SEINFRA – Secretaria de Estado de Infraestrutura
SEJUSC – Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde
SEPA – Secretaria de Pesca e Agricultura
SEPLANCTI – Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
SEPROR – Secretaria de Estado da Produção Rural
SESI – Serviço Social da Indústria
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN – Sistema de Vigilância Sanitária
SPF – Secretaria do Estado de Políticas Fundiárias
SUHAB – Superintendência Estadual de Habitação
SUSAM – Secretaria de Estado de Saúde
UBS – Unidade Básica de Saúde
UC – Unidades de Conservação
UEA – Universidade do Estado do Amazonas
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
VIGITEL – Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico

Apresentação.....	08
Introdução.....	09
Capítulo I - Contextualização.....	11
I - Produção e disponibilidade de alimentos.....	12
II - Renda e condições de vida.....	14
III - Acesso à alimentação adequada e saudável e água..	16
IV - Saúde, nutrição e serviços relacionados.....	20
V - Educação.....	23
Capítulo II - Programas e ações relacionadas à SAN.....	25
Capítulo III - Desafios do Plano Estadual de SAN.....	31
Capítulo IV - Diretrizes, metas e ações do Plano Estadual de SAN.....	32
Capítulo V - Monitoramento e avaliação.....	39
Referencias Bibliográficas.....	42

Apresentação

O Estado do Amazonas apresenta o seu 1º plano de segurança alimentar e nutricional, elaborado para diagnosticar e retratar um panorama da realidade dos municípios com suas diversidades etnicorraciais, culturais e geográficas. Principalmente, permanecer nos caminhos para a consolidação do acesso à alimentação adequada e saudável em quantidade e qualidade para todos. Para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), muito foi feito no Brasil nas últimas décadas, um grande número de ações foi realizado por setores governamentais e pela sociedade, como o Programa Bolsa Família (PBF) com registro da redução da desigualdade social e da extrema pobreza, retirada do Brasil do Mapa da fome e o fortalecimento da agricultura familiar nos municípios brasileiros são exemplos que a busca tornou-se permanente para aumentar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nos lugares mais distantes do país.

No Amazonas, a situação de SAN de 2009 a 2013 caiu quase 11%, a insegurança alimentar e nutricional (INSAN) aumentou 10,8% (PNAD, 2010, 2013). Com o desafio de reverter tais indicadores, o Estado em 2005 realizou a parceria da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) com a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), para concretizar o Programa de Regionalização da Merenda Escolar (PREME) com objetivos de aumentar a oferta de alimentos regionais no cardápio oferecido nas escolas e contratar cooperativas, associações e agroindústrias regionais. Desta forma, elevando a qualidade nutricional e aumentando a renda de agricultores familiares na capital e municípios.

As dimensões e seus indicadores revelam uma situação de SAN atualizada e vivenciada nos municípios do Amazonas, este cenário requer atenção conjunta e dinâmica para a mudança imediata referente ao acesso a terra, produção, distribuição de alimentos, aumento da renda familiar, educação nutricional, preservação da água e a valorização da sociobiodiversidade no Estado.

O Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANESAN) não se conclui na sua publicação, os setores envolvidos com a garantia da SAN seguem com o objetivo de alcançar suas diretrizes, diante de uma realidade amazônica diferenciada e não intransponível do restante do país, em extensão, distribuição territorial de povos, comunidades tradicionais e características regionais que buscam a soberania alimentar no Estado.

Introdução

A Emenda Constitucional nº64/2010 com a ascensão do direito à alimentação como conquista social e a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) n.º 11.346/2006 e regulamentada pelo decreto nº7.272/2010 representaram avanços para a SAN no Brasil e a exigibilidade do DHAA. No Amazonas, a jornada no combate à INSAN e a garantia do DHAA iniciam-se com a criação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Decreto nº 24.142/2004, a publicação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei estadual nº 3.476/2010, e da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), Decreto 32.588/2012, estes com objetivos deliberativos, propositivos e consultivos de promover a integração entre os órgãos e as entidades da administração pública e monitorar as ações e políticas de SAN. Aos passos contínuos, firmes e direcionados, o Estado busca suas melhorias em SAN, a exemplos das suas conferências de 2007, 2011 e 2015 e a adesão em 2012 ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com todos os seus benefícios intrínsecos para as populações mais vulneráveis como; os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, crianças e gestantes, estes eleitos como público alvo do PLANESAN. O Mapa INSAN registrou no Estado 39.988 famílias em situação de INSAN, 33.457 em área urbana e 6.531 em área rural. Em Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs), registrou 6.280 famílias na mesma situação (MDS, 2014), retratando parte do panorama encontrado em relação ao acesso à alimentação saudável e adequada.

Para a elaboração do PLANESAN, foi definido que os dados seriam coletados em 18 municípios mais populosos do Estado, situados em todas as regiões ou calhas, representando 76% da população estadual (IBGE, 2016), que são Barcelos, Canutama, Carauari, Careiro, Humaitá, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Maués, Novo Airão, Parintins, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé.

Os parâmetros para a elaboração do plano são norteados pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, as diretrizes e objetivos pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, a gestão, mecanismos de financiamento, monitoramento e a avaliação no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. A Vigência do plano deve ser quadrienal, correspondente ao Plano Plurianual do Amazonas (PPA), o documento poderá passar por revisões a cada dois anos para ajustamentos às novas realidades de SAN, identificadas nos municípios do Estado. As conclusões e proposições relacionadas nas conferências estaduais de SAN contribuem para as metas do plano, extraídas de debates entre representantes de organizações sociais e gestores das esferas municipal, estadual e federal.

O PLANESAN se apresenta em capítulos: I - contextualização que relata o diagnóstico de SAN do Estado, através das dimensões avaliadas pelos seus indicadores; II – os programas e ações relacionadas à SAN; III – os desafios do plano de SAN; IV – diretrizes, metas e ações relacionadas a órgãos responsáveis e setores parceiros e o V capítulo o instrumento de monitoramento das metas elencadas por dimensão. A intersectorialidade deste instrumento consolida a integração de esforços no alcance de metas definidas para mudança no cenário de SAN no Amazonas. O envolvimento dos setores governamentais e sociedade civil fortalecem a sua implantação e o monitoramento.



CAPÍTULO 01

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Amazonas está localizado no centro da região norte do Brasil, ocupa uma área de 1.559.149,074 km², com a população estimada pelo IBGE para 2017 de 4.063.614 habitantes. Limita-se com os países da Venezuela, Colômbia e Peru e os Estados de Roraima, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Ocupa mais de 18% da superfície do país; dessa forma, é o maior Estado do Brasil. A maior área é do município de Barcelos, com 122.476 km², e a menor de Iranduba com 2.215 km². Dividido em 62 municípios e 8 regiões ou calhas de rios: Alto Solimões, Triângulo Jutaí, Juruá e Solimões, Purus, Rio Madeira, Alto Rio Negro, Médio Amazonas, Baixo Amazonas e Alto Juruá. O município de São Gabriel da Cachoeira é o município com maior população indígena no país, seguido por São Paulo de Olivença e Tabatinga. (IBGE, 2010). O Estado apresenta inúmeros desafios para alcançar melhores referências no que tange à SAN, entre estes estão: a agricultura familiar, que para buscar o desenvolvimento e as inovações tecnológicas precisa superar barreiras culturais, a escolaridade da população, dificuldade em realizar investimentos pelas unidades rurais e articulações dos setores envolvidos (MENEHETTI e SOUZA, 2015). Assim como o atual modelo da Zona Franca de Manaus que resulta em menor arrecadação pública, da qual decorre menor capacidade da administração do Estado e de seus municípios para atender às demandas sociais, principalmente quanto à educação e saúde de sua população (MIRANDA, 2013).

A contextualização se forma dentro de uma análise da atual situação de SAN no Amazonas, utilizando como referência os indicadores contemplados nas seguintes dimensões:

- I - Produção e disponibilidade de alimentos;
- II - Renda e condições de vida;
- III - Acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo a água;
- IV - Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados;
- V - Educação.

DIMENSÃO: PRODUÇÃO E DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS

Da produção à distribuição de alimentos no país, o setor depende do crescimento financeiro permanente, da manutenção dos agricultores na área rural, de política de preços dos produtos, do sistema de logística para ecoar a produção, da conservação de recursos ambientais, da biodiversidade, da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) entre tantas outras necessidades. O Estado com sua realidade de estrutura de várzea baixa e alta, mudanças climáticas anuais, dinâmica da enchente e vazante e características dos produtores ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, agricultores familiares e indígenas moldam um cenário desafiante para garantir o DHAA da população de maior vulnerabilidade. A produção dos alimentos mais consumidos com suas potencialidades municipais em 2015 revelada na Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE em toneladas foi: mandioca em Manacapuru (207.765), Tefé (54.560) e Maués (38.400); açaí em Itacoatiara (6.500), Manacapuru (2.600) e Humaitá (2.253); banana em Presidente Figueiredo (8.350), Manacapuru (6.750) e Rio Preto da Eva (4.800); laranja em Rio Preto da Eva (30.560), Manacapuru (9.200) e Itacoatiara (3.740); mamão em Manacapuru (7.250), Iranduba (3.600) e Itacoatiara (1.000); melancia em Iranduba (4.720), Manaquiri (4.250) e Itacoatiara (3.420). A 5ª Conferência Estadual de SAN (2015) apresentou diversas proposições relacionadas ao aumento da produção de alimentos no Estado como: a regularização fundiária e priorização da política de ATER para povos indígenas, quilombolas e agricultores familiares; fortalecimento das organizações sociais na habilitação técnica e na produção para melhor acesso aos programas governamentais; criação de mecanismo de beneficiamento e armazenamento adequado da produção da agricultura familiar e aquicultura; valorização do agricultor por meio de contratos formais, qualificação profissional, ATER e distribuição de sementes, com garantia de divulgação das ofertas de parcerias com os órgãos públicos entre outras. Desafios para todos envolvidos nas diversas etapas de produção, disponibilidade e acesso de alimentos, diante do aumento na INSAN de 2009 (32,1%) para 2013 (42,9%) (PNAD, 2013).

A produção de peixes de 2010 com 11.500 toneladas aumentou para 23.500 toneladas em 2015 e de pescadores de 58.000 para 105.000 no mesmo período. Diante deste cenário, atualmente, o Amazonas ainda não tem autonomia sobre a produção de peixe para o abastecimento local, utilizando a produção de Roraima e Rondônia, principalmente de tambaqui (*Colossoma macropomum*). Com um consumo per capita de pescado de 40 kg/pessoa/ano nas sedes municipais, considerando a produção atual de pescado, constata-se que no ano de 2018 haverá um déficit na oferta de pescado de 51.259 (cinquenta e um mil, duzentos e cinquenta e nove toneladas), para atender principalmente a demanda da população urbana dos municípios do Amazonas (IDAM, 2017). As maiores produções são de: Rio Preto da Eva (8.936 t), Benjamim Constant (1.625 t); Manaus (1.500 t), Itacoatiara (1.332 t), Iranduba, (1.083 t), Manacapuru (836 t), Careiro (831 t), Presidente Figueiredo (591 t), Coari (556 t) e Humaitá (550 t), (SEPA, 2016). Segundo o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), referente ao mesmo ano, foram beneficiadas 37 toneladas em filé e 27 toneladas de picadinho de peixe; desta forma, servido no cardápio da merenda escolar das escolas estaduais 3 vezes ao mês, esta oferta deve aumentar nos próximos anos.

A ATER alcançou 43 colônias de pescadores, 5.055 profissionais em 2016, buscando com atendimento seu objetivo de atingir maior geração de renda, segurança alimentar, além de proporcionar melhores condições de vida, tanto para quem produz, quanto para quem consome. (BRASIL, 2010). Este serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários abrangeu em 2016 nos municípios do Amazonas: 153 comunidades indígenas com total de 1.792 beneficiários, 2 quilombos, 1.926 produtores rurais (1.399 homens, 492 mulheres e 35 jovens), 58 projetos de assentamentos com 3.786 beneficiários e 49.384 agricultores familiares (homens 29.693, 18.308 mulheres e 1.383 jovens) e os beneficiados nos municípios de: Carauari (1.110), Itacoatiara (1.366), Manacapuru (1.239), Manaus (1.593), Maués (1.552), Parintins (1.961), Presidente Figueiredo (1.185), Rio Preto da Eva (1.132), Humaitá e Tefé (996) em cada município que recebeu a ATER (IDAM, 2016).

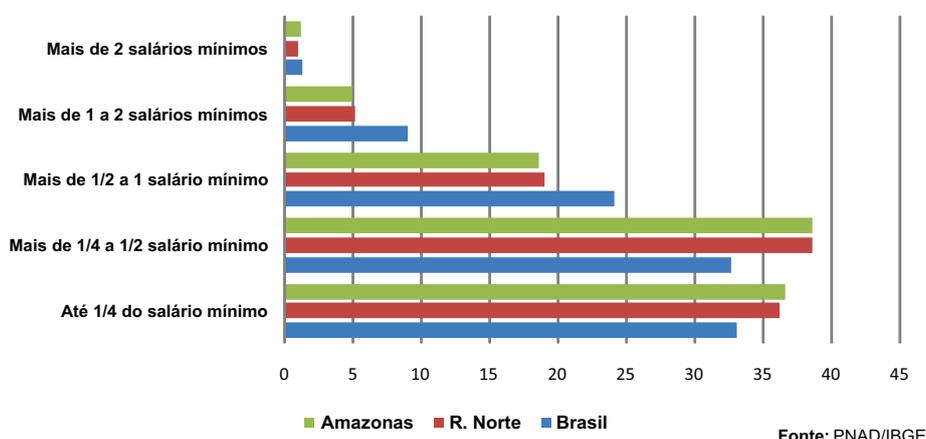
A agroindústria rural vem crescendo no Estado, devido a sua localização geográfica e a características econômicas. A quantificação dos dados abrange todos os tipos de produtores e os municípios. Em 2016, a produção nesse seguimento da mandioca produzida foi: farinha (43.964), farinha de tapioca (1.356), goma (1.346) e tucupi (342.668 litros); cana-de-açúcar: açúcar mascavo (762,30 t), rapadura (6.388,30 t) e melado (217.635 mil l); laticínios: leite (374,00 mil l), queijo (534,60 t); polpas de frutas: açaí (4.038 t) e cupuaçu (807,20 t); café verde (365,00 t) e café em pó (65,00 t); castanha do Brasil: desidratada (870,00) e “in natura” (70.260,00 hl); guaraná em pó (49,00 t), bastão (20,00 t) e rama (102 t). Esses produtos contribuem para compor a alimentação da população das áreas rural e urbana do Estado, devido ao fácil acesso e a preços menores em relação aos industrializados, oferecidos no comércio municipal.



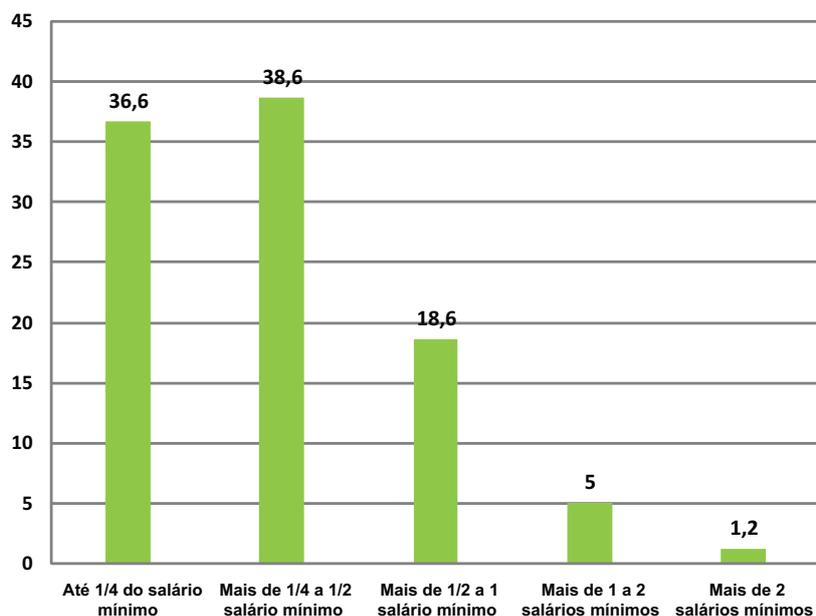
DIMENSÃO: RENDA E CONDIÇÕES DE VIDA

Para garantir a SAN, fatores como saneamento básico, escolaridade, acesso aos alimentos e renda são determinantes, no Brasil, Região Norte e Amazonas como os gráficos abaixo apontam, quanto menor o rendimento no domicílio maior é a INSAN, 33%, 36,2% e 36,6% respectivamente. No contrário ocorre quanto maior o rendimento, menor a INSAN no: Brasil 1,3%, Região Norte 1% e no Amazonas 1,2% (PNAD/IBGE, 2013). Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (DIEESE), 2016 a cesta básica no Estado teve variação mensal de 0,22% e anual de 2,62%, em janeiro custava R\$ 404,72, chegou a R\$ 404,22 e em dezembro caiu para R\$ 395,08. Essas variações exigem da família renda maior para manter a quantidade de alimentos necessários e, em 2017, o órgão estimou que em dezembro de 2017, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 3.899,66, ou 4,16 vezes o mínimo de R\$ 937,00.

Prevalência de INSAN moderada ou grave dos moradores em domicílios particulares, por classe de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil, R. Norte e Amazonas, 2013



Prevalência de INSAN moderada ou grave dos moradores em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal domiciliar per capita, Amazonas- 2013 (%)



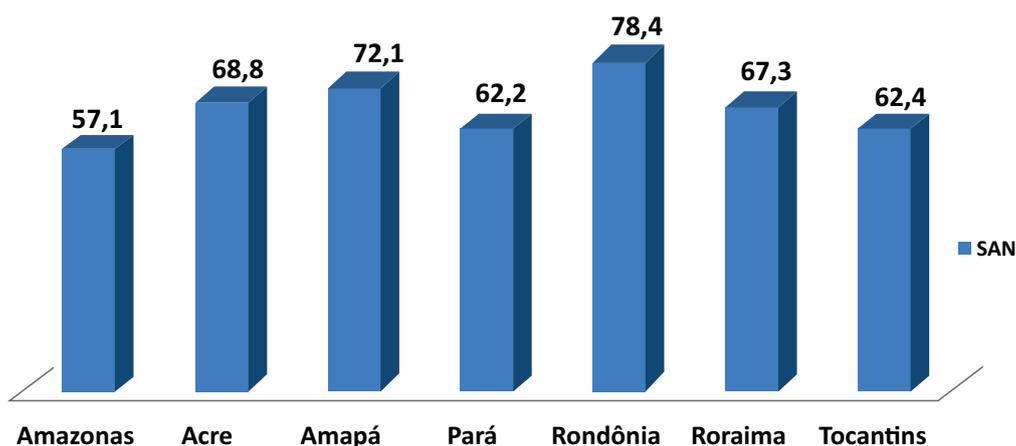
DIMENSÃO: ACESSO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

A SAN consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006). O conceito adotado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) possui uma visão abrangente, intersetorial, multidimensional e integradora, atribuindo ao Estado o desafio de sua implantação e monitoramento (JANNUZZI; FALCÃO; CASTRO, 2016). Para o monitoramento da SAN e INSAN no Brasil e estados, foi desenvolvida a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2007 e utilizada para a classificação também na PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo IBGE em 2004, 2009 e 2013. As perguntas da EBIA apresentam restrições, no que tange à quantidade e acesso aos alimentos. No Amazonas, com sua riqueza da fauna e flora, avaliar a qualidade dos alimentos, como: in natura, minimamente processados, processados e ultraprocessados (BRASIL, 2014) consumidos e adquiridos pelas famílias é de fundamental importância para avaliação dos dados de SAN no Estado.

DESCRIÇÃO DOS GRAUS DE (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR	
SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR	DESCRIÇÃO
SEGURANÇA ALIMENTAR	A família/domicílio tem acesso regular a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.
INSEGURANÇA ALIMENTAR LEVE	Preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a qualidade de alimentos.
INSEGURANÇA ALIMENTAR MODERADA	Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.
INSEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE	Redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos).

Fonte: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

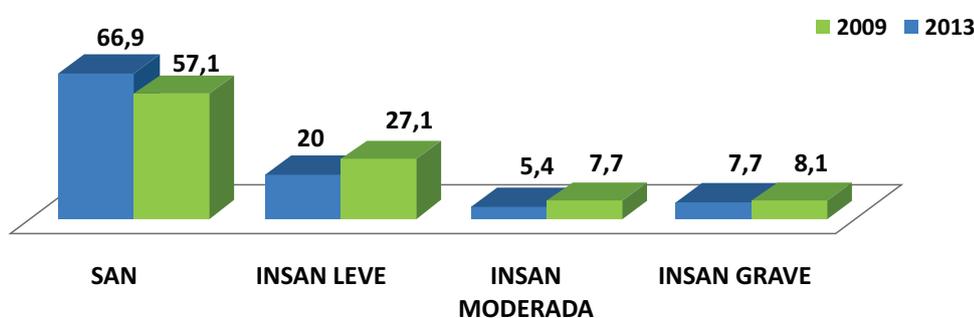
Prevalência da SAN dos estados da Região Norte, 2013 (%)



Fonte: PNAD/IBGE

No Amazonas, a SAN nos domicílios foi reduzida de 66,9% em 2009 para 57,1% em 2013. No Brasil e região Norte, no mesmo período foi elevada de 69% para 77,4% e de 60% para 63,9% respectivamente. (PNAD/IBGE).

Distribuição dos domicílios particulares, por situação de SAN e INSAN no Amazonas (%)

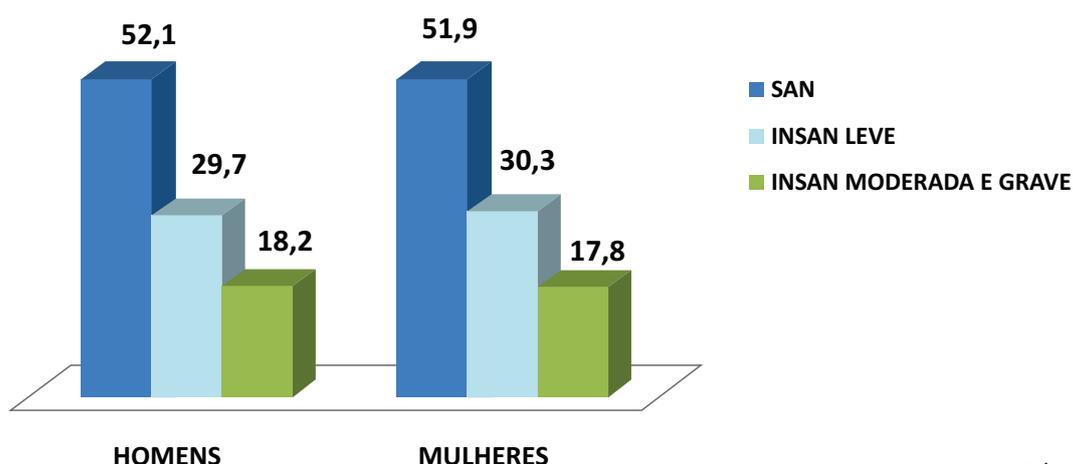


Fonte: PNAD/IBGE

A INSAN é a falta de disponibilidade e o acesso das pessoas aos alimentos. No Estado, a INSAN leve passou de 20% para 27,1%, a moderada de 5,4% para 7,7% e a grave de 7,7% para 8,1%, conforme gráficos abaixo. A mudança deste cenário requer ações governamentais efetivas neste seguimento, além das demais implantadas até o presente momento, neste contexto o Plano será um direcionador para aumentar a SAN nos municípios do Estado. A insegurança leve descrita na EBIA como a preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a qualidade de alimentos entre homens apresentou 29,7%, e entre mulheres 30,3, a SAN em 52,1 e 51,9% respectivamente nos domicílios. (PNAD/IBGE, 2013).

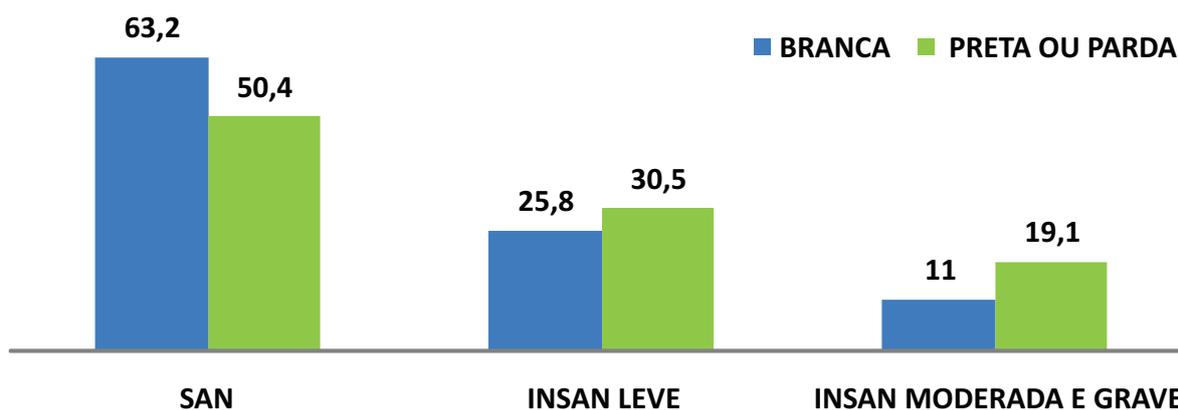
Os povos e comunidades tradicionais existentes no território brasileiro vêm sofrendo um processo de invisibilização e afronta aos seus direitos mais básicos. Isso se reflete, por exemplo, na escassez de dados oficiais que tratem especificamente desses povos, desagregados de acordo com os diferentes segmentos. (PINTO et al, 2015). Os dados da PNAD 2013 registraram que a SAN nos domicílios particulares de população negra de 50,4 %, a INSAN leve 30,5% e INSAN moderada e grave de 19,1%, especificamente os GPTEs, como os indígenas e ribeirinhos não têm dados descritos na pesquisa.

Prevalência de situação de SAN dos moradores em domicílios particulares, por tipo de insegurança alimentar existente no domicílio e sexo - Amazonas (%) - 2013



Fonte: PNAD/IBGE

Prevalência de situação de SAN dos moradores em domicílios particulares, por tipo de INSAN existente no domicílio, cor e raça - Amazonas, 2013 (%)



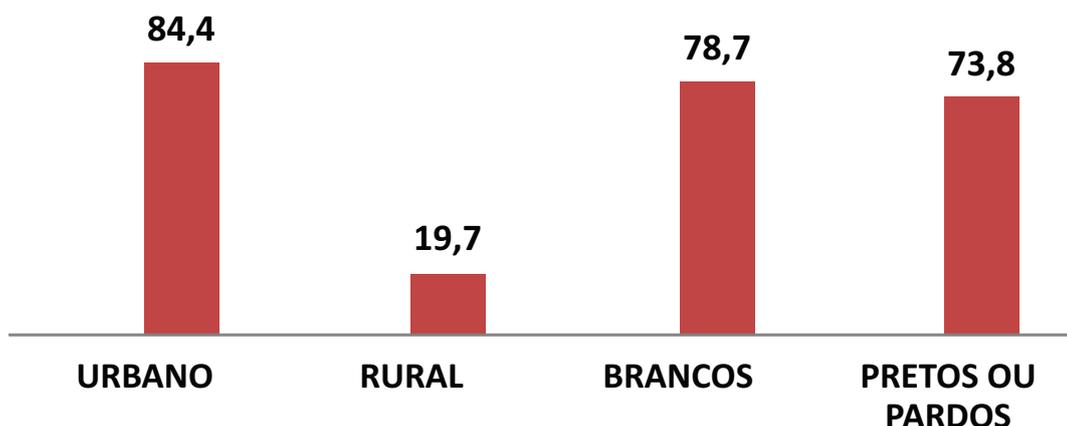
Fonte: PNAD/IBGE

Estudos realizados pelo MDS, em 2016, comprovaram que a renda do PBF não alterou as atividades agrícolas de subsistência de indígenas. Em São Gabriel da Cachoeira, localizado no Alto Rio Negro, os beneficiários permanecem com o plantio de mandioca para a produção de farinhas e seus derivados e a pesca em determinados trechos dos rios e lagos. Mas, a utilização do benefício prioriza a compra de roupas, materiais escolares, pagamento de taxas escolares e algum “rancho” quando isso é possível, levando a maioria das famílias permanecerem em situação

de INSAN o gasto com deslocamento das comunidades indígenas para cidade para receber o benefício também requer recurso financeiro que compromete a finalidade do programa. (VERDUM, 2016; ÁTHILA, 2014 e PINHEIRO, 2014). A falta de renda prejudica a manutenção de uma alimentação adequada e saudável nos lares brasileiros. No Estado, manter a regionalização da comida diariamente torna-se um desafio, a mudança de hábitos na maioria das vezes se modifica diante dos altos preços de alimentos regionais e dos alimentos in natura, falta de produção agrícola para atender a demanda, e também de educação alimentar para melhor aproveitamento dos alimentos. As transformações e permanências nos padrões alimentares são indicativos de mudanças sociais e ambientais complexas, nos municípios do Alto Solimões foi identificado que as maiores mudanças ocorreram no desjejum que prevaleceu café (bem doce) e pão com margarina, e produtos tradicionais deixam de compor a mesa (SCHOR, 2015). A merenda escolar na rede estadual desde 2005 introduziu no cardápio alimentos regionais, oriundos de pequenos produtores e agricultores familiares, em 2016 atendeu 586 escolas na capital e interior do Estado, com batata doce, açaí, macaxeira, Pirarucu, banana pacovã, farinha de tapioca, cará roxo, abóbora e farinha de mandioca. A 5ª Conferência Estadual de SAN com ênfase na regionalização e educação alimentar mencionou como proposição: restringir a venda de produtos industrializados nas escolas e entorno dessas, privilegiar alimentos regionais; implantar, nas escolas de ensino fundamental, médio e técnico, curso para qualificação de jovens para produção de alimentos nas áreas rurais e criação de campanhas educativas visando à reeducação alimentar para as crianças e os jovens nas escolas. Quanto ao abastecimento de água às residências na área urbana e rural do Amazonas, atualmente, é realizado por três modelos de gestão: administração direta dos municípios, a administração indireta pelo Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), Companhias Municipais e concessão da Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA). Todos apresentam irregularidades referentes à captação de superfície e subterrânea dos mananciais; como, a falta de manutenção de balsas, bombas e poços, estrutura física adequada, falta de uma política de gestão de saneamento integrada à gestão ambiental e a recurso financeiro para melhorar a qualidade da água oferecida principalmente em comunidades indígenas e ribeirinhas do Estado. (TCE, 2015). Devido à contínua demanda de água para setores agrícolas, indústria, produção de energia e consumo humano torna-se um desafio garantir a melhoria da qualidade da água nas comunidades rurais e indígenas, como citado na 5ª CESAN/AM - 2015. Os domicílios particulares abastecidos por rede geral de água localizados na zona urbana do Estado representam (84,4%), enquanto a zona rural somente (19,7%) e o atendimento aos brancos (78,7%) e pretos ou pardos (73,8%), PNAD IBGE, 2013. O Programa Água para Todos no Amazonas implantou cisternas de captação e armazenamento de água da chuva em escolas da zona rural dos municípios de: Barcelos (6 unidades); Canutama (24); Itacoatiara (19); Manacapuru (23); Manaquiri (6), o que contribui em parte para solução da falta de água nas escolas. As escolas da educação básica da área urbana dos municípios do Estado são abastecidas de água através da rede geral (Rio Preto da Eva 100%), poços artesianos (Tabatinga 95%; Manaus 71% e Tefé 70%), cacimbas/cisternas (Itacoatiara 6 %), rios, igarapés (Manacapuru 3%). Outras ainda se encontram sem abastecimento como em: (Carauari 4%) e (Tabatinga (5%). O censo escolar de 2015 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) apontou também a diferença no abastecimento de água na área rural referente ao abastecimento das escolas por rios, igarapés (Barcelos 90%, Carauari 89% e Maués 88%), sem abastecimento (Careiro 12% e Maués 5%), rede geral (Presidente Figueiredo 25%, Novo Airão 19%), poços artesianos (Manaus 80%, Iranduba 60% e Manaquiri 50%) e cacimbas/cisternas (Presidente Figueiredo 10% e Canutama 8%). Para a

conservação dos mananciais e o uso sustentável da água no Estado, foi elaborado um plano de gestão para conter o zoneamento nas unidades de conservação (UC) com a participação dos povos e comunidades tradicionais de mais de 30 municípios do Estado.

Proporção de domicílios particulares permanentes abastecidos por rede geral de água por localização e cor, Amazonas - 2015 (%)



Fonte: PNAD/IBGE

DIMENSÃO: SAÚDE, NUTRIÇÃO E ACESSO A SERVIÇOS RELACIONADOS

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) 2013 tem como propósito a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição. Para isto, precisamos implantar ações, políticas e estratégias direcionadas para melhoria da segurança alimentar em todas as suas etapas, preservando e respeitando as diversas culturas e realidades regionais a exemplo do Estado do Amazonas. Assim, as ações no setor da alimentação e nutrição devem estruturar-se no contexto da segurança alimentar e nutricional, integrando um conjunto de ações que objetivam respeitar, proteger, promover e prover o direito humano à saúde e à alimentação (PLANSAN, 2014).

Diversos fatores contribuíram para a mudança do padrão alimentar do amazonense, que depende anualmente do fenômeno da enchente e vazante, alterando a disponibilidade de alimentos regionais provenientes dos municípios, devido à vazante limitar o acesso das embarcações. Outros fatores como: a renda familiar disponível para a alimentação determina a quantidade de alimentos a ser adquirida, os alimentos ultraprocessados são oferecidos na sua grande maioria em custos menores dos que in natura ou minimamente processados, e ainda mencionar que fatores culturais, sociais influenciam diretamente. Em Manaus, a redução do consumo de refrigerantes cinco ou mais dias por semana de 2010 (31,1%) para 2016 (17,5%) entre adultos (≥ 18 anos) e o aumento no consumo de frutas e hortaliças em 2010 (21,6%) para 2016 (28%), (VIGITEL, 2010 e 2016). A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda a ingestão diária de pelo menos 400 gramas de frutas e hortaliças (WHO, 2003), o que equivale aproximadamente ao consumo diário de cinco porções desses alimentos, o que reflete um pequeno avanço frente a uma mudança evidenciada em pesquisas do aumento do consumo de

alimentos in natura e redução de produtos ricos em açúcares e sódio.

Os indicadores de saúde são medidas-síntese de informações relevantes sobre determinados atributos e dimensões do estado de saúde e desempenho do sistema de saúde, como: a cobertura de atendimento populacional na Atenção Básica no Amazonas que no ano de 2010 correspondia a 70,74%, na Região Norte 81,61% e no Brasil 61,73%, no ano de 2016 no Estado caiu para 65,86%, o norte também para 80,77% e a taxa do país foi elevada a cobertura para 66,6%, refletindo um menor número de atendimentos. A taxa de mortalidade infantil, outro indicador, que determina a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materna e da população infantil. No Amazonas, em 2014, foi de 16%, superior a do Brasil 14,4% e os municípios que apresentaram índices elevados foram: Rio Preto da Eva (29%), Carauari (27%), Barcelos e Manaquiri (26%), Tabatinga (21%). (IBGE, 2016). Segundo o Ministério da Saúde, um dos responsáveis pela redução da taxa de mortalidade no Brasil é o aleitamento materno. O desafio da Estratégia Nacional para a Promoção do Aleitamento Materno e Amamenta e Alimenta Brasil, em 2015, era alcançar a qualificação das ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e alimentação complementar saudável no âmbito da Atenção Básica. Segundo o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), a taxa de aleitamento das beneficiárias do programa Bolsa Família nos municípios amazonenses apresenta crescimento, como: Careiro (67,8%), Canutama 31,92%), Barcelos (29,17%), Tefé (26,68%) e Maués (16%) registrados em 2016.

Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira, 2014 o Brasil passou por diversas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que evidenciaram transformações no modo de vida da população. A rápida transição demográfica, epidemiológica e nutricional, apresentou como consequência maior expectativa de vida que em 2010 era de 73,3 anos passou para 74,7 anos em 2015, (IBGE). O que significa uma maior população de idosos, e redução do número de filhos por mulher, mudanças no padrão de saúde e consumo alimentar da população brasileira. Ocorreu a redução da desnutrição em crianças, mas as deficiências de micronutrientes e a desnutrição crônica ainda são prevalentes em grupos vulneráveis da população, como em indígenas, quilombolas, crianças e mulheres que vivem em áreas vulneráveis. As pesquisas do Ministério da Saúde (MS) e a Estratégia de Prevenção e Controle da Obesidade (EPCO, 2014) apontam que, a cada ano, a prevalência de obesidade, entre adultos brasileiros, cresce cerca de 0,8% ao ano. Ao todo, são 75 milhões de brasileiros que já apresentam algum grau de sobrepeso e de obesidade, dentre eles 5,7 milhões de crianças entre 5 e 9 anos, o que representa 1 em cada 3 crianças nessa idade. A obesidade interfere na qualidade de vida do indivíduo e da coletividade, além de ser um forte fator de risco para o desenvolvimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (diabetes, doenças cardiovasculares, câncer, entre outros), com o impacto expressivo na taxa de mortalidade do Brasil e, conseqüentemente, nos custos do Sistema Único de Saúde. O estado nutricional de gestantes beneficiárias do Programa Bolsa Família no Estado apresentou, em 2016, 23,05% sobrepeso e 11,9% algum grau de obesidade, em similaridade com as da região norte 23,2% e 10,98% respectivamente. As beneficiárias negras 25,5% e 18% e as indígenas 17,3% com sobrepeso e 4,13% com grau de obesidade. Estes números podem ser justificados pela subnotificação das instituições responsáveis. Em adultos beneficiários do PBF com sobrepeso, foram registrados 35,57% e obesidade 22,53% no Estado e os municípios com maiores índices de sobrepeso foram: Novo Airão (39,56%), São Gabriel da Cachoeira (39,56%), Parintins (39,42%), Canutama (38,28%), Tefé(38,18%), Presidente Figueiredo (36,75%), Manaus (36,69%), Manacapuru (35,21%), Itacoatiara (36,25%) e Manaquiri(35,21%) e algum grau de obesidade: Manaus (29,83%), Manacapuru (29,83%), Iranduba (29,18%), Careiro (27,78%), Rio Preto da Eva (27,71%), Tefé (26 %), Presidente Figueiredo (25,09%), Novo Airão (24,94%), Itacoatiara (23,9%) e Carauari (22,45%). Os quadros 01, 02, 03 e 04 apresentam os indicadores para avaliação do estado nutricional de crianças menores de 5 anos beneficiárias do programa Bolsa Família segundo o SISVAN- web, 2017.

ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO AMAZONAS, 2016

Peso X Altura

	Magreza Acentuada		Magreza		Peso Adequado ou Eutrófico		Risco de sobrepeso		Sobrepeso		Obesidade		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Indígenas	333	2.58	342	2.65	8.711	67.44	2.220	17.19	693	5.37	617	4.78	12.916
Negras	13	2.85	12	2.63	307	67.32	76	16.67	25	5.48	23	5.04	456
Ribeirinhas	11	2.31	20	4.19	350	73.38	59	12.37	17	3.56	20	4.19	477
Geral	3.267	2.63	3.832	3.09	81.621	65.8	19.379	15.62	7.922	6.39	8.028	6.47	124.049

Fonte: SISVAN-WEB, 2017

ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO AMAZONAS, 2016

Peso X Idade

	Peso muito baixo para idade		Peso baixo para a idade		Peso Adequado ou Eutrófico		Peso Elevado		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Indígenas	352	2.73	1.054	8.16	11.128	86.16	382	2.96	12.916
Negras	6	1.32	41	8.99	384	84.21	25	5.48	456
Ribeirinhas	12	2.52	40	8.39	412	86.37	13	2.73	477
Geral	1.931	1.56	6.912	5.57	108.436	87.41	6.770	5.46	124.049

Fonte: SISVAN-WEB, 2017

ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO AMAZONAS, 2016

Peso X Idade

	Altura Muito Baixa para a Idade		Altura Baixa para a Idade		Altura Adequada para a Idade		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Indígenas	2.000	15.48	3.228	24.99	7.688	59.52	12.916
Negras	30	6.58	59	12.94	367	80.48	456
Ribeirinhas	35	7.34	74	15.51	368	77.15	477
Geral	10.415	8.4	16.619	13.4	97.015	78.21	124.049

Fonte: SISVAN-WEB, 2017

ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO AMAZONAS, 2016

Peso X Altura

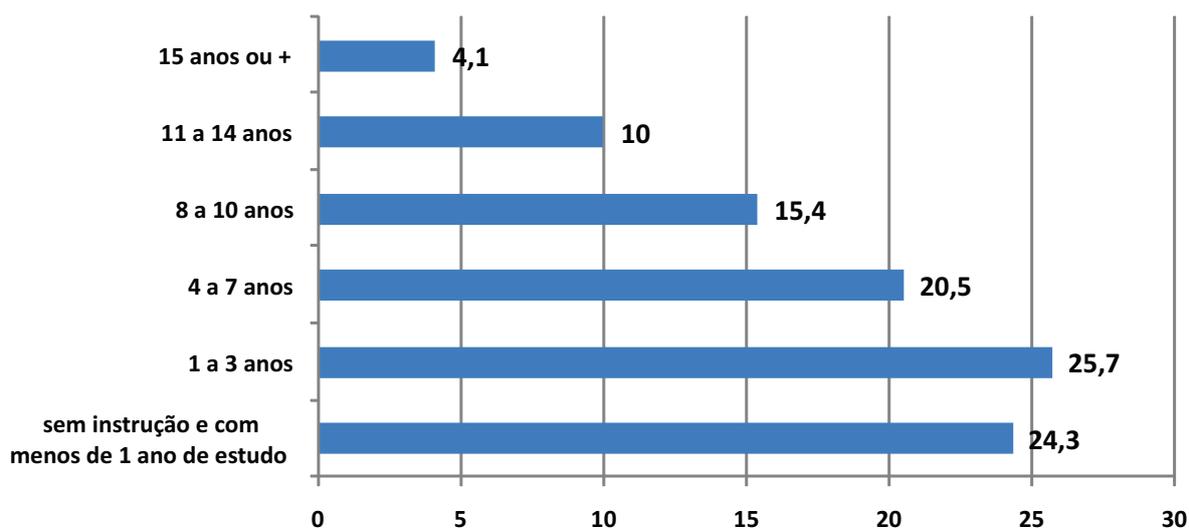
	Magreza Acentuada		Magreza		Peso Adequado ou Eutrófico		Risco de sobrepeso		Sobrepeso		Obesidade		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Indígenas	385	2.98	327	2.53	7.951	61.56	2.633	20.39	946	7.32	674	5.22	12.916
Negras	17	3.73	12	2.63	291	63.82	82	17.98	31	6.8	23	5.04	456
Ribeirinhas	16	3.35	23	4.82	339	71.07	62	13	19	3.98	18	3.77	477
Geral	4.101	3.31	3.930	3.17	77.143	62.19	21.284	17.16	9.677	7.8	7.914	6.38	124.049

Fonte: SISVAN-WEB, 2017

DIMENSÃO: EDUCAÇÃO

O nível de escolaridade influencia na escolha dos alimentos nos lares brasileiros, com uma maior capacidade de avaliar informações referentes à alimentação adequada e discernimento de escolhas mais saudáveis. Dados do VIGITEL, 2016 revelam excesso de peso de 59,2% na população brasileira maior de 18 anos que estudou por no máximo 8 anos, essa porcentagem reduz para 53,3% na categoria de pessoas que estudaram 12 anos ou mais. A diferença dos dados é ainda maior referente à obesidade que registrou 23,5% no baixo nível de escolaridade e de 14,9% para aquelas que estudaram 12 anos ou mais. O gráfico a seguir mostra a influência da educação na SAN, nos domicílios amazonenses quanto mais anos de estudos, menor é a INSAN e quanto menor quantidade de anos de estudos, maior a INSAN. Em 2014, no Brasil, a média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade da cor branca foi 8,9 anos e da cor negra 7,3 anos, na região norte registrou 8,5 e 7,4 anos respectivamente. (PNAD/IBGE, 2013).

Prevalência de insegurança alimentar grave e moderada dos moradores em domicílios particulares, por anos de estudo da pessoa de referência do domicílio - Amazonas, 2013 (%).



Nas áreas rurais dos municípios do Estado, a média de anos de estudos das pessoas de 17 anos ou mais de idade em 2015 foram: Barcelos (10,53), Canutama (9,82), Carauari (10,40), Careiro (10,76), Humaitá (10,71), Iranduba (10,86), Itacoatiara (10,93), Manacapuru (10,76), Manaquiri (10,75), Manaus (10,73), Maués (10,62), Novo Airão (10,89), Parintins (11,08), Presidente Figueiredo (10,71), Rio Preto da Eva (10,60), São Gabriel da cachoeira (10,45), Tabatinga (10,64), Tefé (10,57). (SEDUC/AM, 2016). O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), utilizado para monitorar políticas públicas e qualidade de sistemas de ensino atingiu 4,4 no Brasil e 4,2 no Amazonas em 2015, neste ano somente o Estado alcançou a meta na região norte. Os municípios do Estado que alcançaram as metas projetadas referentes aos índices da 8ª série (9º ano) da rede pública em 2015 foram: Carauari (4,2), Humaitá (4,1), Iranduba (3,9), Itacoatiara (4,5), Manacapuru (4,5), Manaus (4,4), Maués (4,2), Novo Airão (4,5), Parintins (4,6), Presidente Figueiredo (4,2), Tefé (4,4) (MEC, 2016). O Índice de Desenvolvimento Humano

Municipal (IDHM) composto por três indicadores (renda, longevidade e educação) permite conhecer o desenvolvimento humano do território brasileiro. Em 2010, os Estados da região norte registraram: Amazonas (0,674), Acre (0,663), Pará (0,646), Rondônia (0,690) e Tocantins (0,699), resultado de médio desenvolvimento humano e os estados que obtiveram alto desenvolvimento humano foram: Amapá (0,708) e Roraima (0,707). Em relação aos 18 municípios o IDHM se apresentam conforme tabela abaixo:

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) DOS 18 MUNICÍPIOS DO AMAZONAS, 2010			
MUNICÍPIOS	IDHM	MUNICÍPIOS	IDHM
Barcelos	0,500	Manaus	0,737
Canutama	0,530	Maués	0,588
Carauari	0,549	Novo Airão	0,570
Careiro	0,557	Parintins	0,658
Humaitá	0,605	Presidente Figueiredo	0,647
Irlanduba	0,613	Rio Preto da Eva	0,611
Itacoatiara	0,644	São Gabriel da Cachoeira	0,609
Manacapuru	0,614	Tabatinga	0,616
Manaquiri	0,596	Tefé	0,639

Fonte: IBGE, 2010

A atenção à saúde das crianças é influenciada positivamente pela alfabetização da população adulta, sobretudo das mães (Rede Interagencial de Informações para a Saúde - RIPSA, 2008). A taxa de analfabetismo no Brasil em 2014 registrou 8,3%, na área urbana 6,30% e rural 20,12%, no Amazonas 6,19%, área urbana 5% e rural 12,93%. O Estado tem como grande desafio a redução desses números, frente a sua grande extensão, localização das comunidades e dificuldade de locomoção fluvial impactada anualmente pela enchente e vazante dos nossos rios. De 2011 a 2014, ocorreu uma redução do analfabetismo entre homens de 10,7% para 9,6 e em mulheres de 9,5 para 8,1% e na região norte de 10,1% para 8,9%. (IBGE, 2014). Conforme a 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, foi proposta a criação de campanhas educativas visando à reeducação alimentar para crianças e jovens nas escolas das áreas urbanas e rurais, através do profissional nutricionista com desenvolvimento de temas de SAN e DHAA, com objetivo de repassar conhecimentos para alunos de diferentes faixas etárias.



CAPÍTULO 02

PROGRAMAS E AÇÕES RELACIONADOS À SAN

A PNAN apresenta-se com o propósito de melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde, em busca da garantia da SAN da população brasileira (BRASIL, 2013), conjuntamente, a Política Estadual de SAN, 2010 objetiva promover ações e políticas destinadas a assegurar o direito humano à alimentação adequada através de componente estratégico do desenvolvimento integrado e sustentável. Para alcançar estes desafios, o Estado do Amazonas apresenta suas ações, programas e políticas de SAN, implantadas e desenvolvidas pelas secretarias estaduais e órgãos parceiros, conforme Relatório de Ações Governamentais de 2016. Em atendimento ao Art. 22º do Decreto 7.272/2010, as atividades são correlatadas com os temas a seguir:

AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

ATIVIDADES	PREME - Programa de Regionalização de Merenda Escolar
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SEDUC / ADS

O PREME nasceu em 2005, é executado em parceria com a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), responsável pela contratação de cooperativas, associações e agroindústrias regionais e repasse rotineiro dos itens alimentícios às escolas do Estado. Os alimentos integrados ao cardápio da merenda escolar foram aceitos de forma satisfatória pelos alunos. São produtos da agricultura regional, como: batata doce, macaxeira, mamão, pirarucu, açaí, banana, banana pacovã, farinha de tapioca, batata cará, abóbora. Em 2016, o programa atendeu: 227 escolas na capital, 359 nos 61 municípios, totalizando 515.000 estudantes. Desta forma, favorecem alunos, produtores rurais e cooperativas agrícolas regionais, com geração de emprego e renda, e, conseqüentemente, melhorias na qualidade de vida.



ATIVIDADES	Programa de Aquisição de Alimentos
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SEPROR

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA iniciou as suas atividades no Estado do Amazonas através da SEPROR no ano de 2011 com o convênio 002/2011. O programa tem como finalidades principais, promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Em relação ao ano de 2017 foram cadastrados até o momento 526 agricultores, adquiridos 1.337.809,17 kg de alimentos, valor em R\$ de 2.602.625,00, 62 entidades beneficiadas, 19 municípios atendidos e em torno de 20.000 beneficiários diretos e indiretos. Em 2018, a perspectiva é de um aumento significativo do recurso para o programa, visando a um número maior de municípios contemplados.

OFERTA DE ALIMENTOS A ESTUDANTES, TRABALHADORES E PESSOAS EM VULNERABILIDADE ALIMENTAR	
PROGRAMA:	Prato Cidadão
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SEAS

O Prato Cidadão garante o acesso das famílias em situação de insegurança alimentar nutricional à alimentação adequada e saudável, variada e nutritiva com refeições pelo preço de R\$ 1,00, ofertadas em cinco restaurantes distribuídos nos bairros: Centro, Novo Israel, Compensa, Jorge Teixeira e Alvorada na Cidade de Manaus, perfazendo um total de 115.041 usuários atendidos e 634.580 refeições servidas em 2016.

PROGRAMA:	SOS Cidadão
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SEAS

Serviço operacionalizado em 3 bairros da zona norte de Manaus: (Parque São Pedro, Alfredo Nascimento e Rio Piorini). Garante complemento alimentar às famílias em situação de vulnerabilidade social, disponibilizando nas três unidades, distribuição gratuita de sopas. Foram servidos 1.049.934 litros de sopas para 251.080 usuários. (2016).

EDUCAÇÃO PARA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	
PROGRAMA:	Treinamento, Palestras e Capacitação
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SEDUC

O programa tem o objetivo principal de capacitar merendeiras, manipuladores de alimentos, professores, conselheiros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), nutricionistas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e agricultores familiares em variados temas pertinentes à segurança alimentar e nutricional, formas de preparos e boas práticas, como também discutir possibilidade de ampliação da oferta e consumo de alimentos regionais na merenda escolar.

ATIVIDADES:	Gestão e Monitoramento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	CAISAN
PARCEIRO	CONSEA

O Governo do Estado, através da Caisan/Am, tem o compromisso de prestar apoio técnico, bem como articular e estimular a integração das Políticas e Planos de SAN de suas congêneres municipais, tendo desta forma o objetivo de fomentar a criação dos componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, CAISANs e CONSEAs e estimular a adesão municipal ao Sistema. Em 2017, três (3) CAISANs e onze (11) CONSEAs estão instituídos legalmente, sendo a capital Manaus e dois municípios do interior próximos de realizar a adesão ao SISAN.

FORTELECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	
PROGRAMA:	Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	IDAM

As ações de ATER possibilitaram o atendimento a 51,3 mil beneficiários (agricultores familiares/produtores rurais, pescadores, aquicultores, indígenas, extrativistas, assentados, jovens e mulheres rurais) em 2.157 comunidades rurais; deste público, aproximadamente 96% são agricultores familiares. A capacitação é constante para o devido aprimoramento e atualização de técnicas, objetivando o desenvolvimento rural sustentável, fundamentado na geração de ocupações econômicas e renda, por meio do fortalecimento das cadeias produtivas nas áreas agropecuárias, florestal, pesca e piscicultura. Assim como das atividades rurais não agrícolas, com vistas à inclusão social e produtiva das diferentes categorias de beneficiários. O beneficiamento e agroindustrialização além de agregarem valor ao produto, aumentam a ocupação econômica e a renda no meio rural. No ano de 2016, o Governo promoveu o fortalecimento da cadeia produtiva da mandioca, objetivando a padronização da farinha e seus derivados, por meio da implantação de unidades de produção e na capacitação de agricultores familiares e produtores rurais. Utilizando os recursos das esferas federal, estadual e municipal, foram implantadas 36 casas de farinhas padronizadas, totalizando 171 unidades de produção distribuídas em 56 municípios, beneficiando mais de 3,6 mil famílias rurais, adicionadas a 19 mil casas de farinhas tradicionais de agricultores familiares e produtores rurais.

Para escoamento da produção de agricultores familiares e produtores rurais, a SEPROR viabilizou aquisição de cinco caminhões tipo baú, cabine 94 e triciclo de cinco marchas para serem utilizados pelas organizações de produtores.



MECANISMOS DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS PARA OS PRODUTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

PROGRAMA:	Feiras de Produtos Regionais
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ADS e Parceiros

Em parceria com (Exército Brasileiro, Aeronáutica, Polícia Militar, SEDUC, Superintendência Estadual de Habitação (SUHAB), Sumaúma Shopping), as Feiras de Produtos Regionais acontecem semanal, quinzenal e mensalmente em espaços cedidos por parceiros em áreas estruturadas de diferentes zonas da capital. As feiras garantem a comercialização de parte da produção rural do Estado e geram benefícios para mais de 18 mil famílias de produtores rurais e agricultores familiares, através do fornecimento de produtos de qualidade com preços diferenciados para a população em geral.

PESCA E AQUICULTURA

PROGRAMA:	Programa Terra Produtiva - Piscicultura
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SEPROR E IDAM

Programa Terra Produtiva tem o objetivo de fomentar melhores condições de vida aos homens e mulheres do campo, por meio da criação de novas oportunidades de trabalho e renda, mediante arranjos produtivos sustentáveis, assegurando condições necessárias à produção e a seu escoamento, à comercialização e à agregação de valor aos produtos agropecuários, florestais e pesqueiros. Contribuíram para o desenvolvimento da atividade de piscicultura, com a reprodução induzida de peixes, realizada em suas estações de reprodução, com oferta aos piscicultores de alevinos e pós-larvas de tambaqui e matrinxã, praticamente durante todo o ano, tornando a atividade livre de sazonalidade, possibilitando o planejamento do sistema produtivo para comercialização do pescado durante os 12 meses do ano. Além de oportunizar a expansão dos criatórios de peixes, tornando a piscicultura uma das mais promissoras atividades para mais de 3.700 criadores.

CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO DA AGROBIODIVERSIDADE

PROGRAMA:	Programa Terra Produtiva
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SEPROR E IDAM

Programa Terra Produtiva apoia o desenvolvimento de sistemas sustentáveis de produção junto às populações tradicionais do Estado do Amazonas, visando promover a conservação dos recursos naturais, produção de alimentos e geração de renda, por meio do uso sustentável da floresta e de recuperação de áreas desmatadas e degradadas, com ênfase nos sistemas de produção agroecológicos. Para atingir esse objetivo, implementou três frentes de ações: fortalecimento da cadeia da Castanha-do-Brasil; revitalização dos seringais e cadeia da borracha natural; apoio à agricultura indígena com respeito às vocações do lugar, com o aproveitamento das potencialidades.

PROGRAMA:	Agricultura Indígena
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SEMA

O Programa de Agricultura Indígena, com o apoio da SEMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e a mobilização da própria organização indígena (Associação dos Povos Indígenas Tikuna do Paraná do Dururuá – APITPD), alcançou avanços com as ações de liberação de cota para a despesca no plano de manejo dos lagos e autorizou a capturar, armazenar, transportar e comercializar 400 peixes pirarucus da espécie *Arapaima gigas*. Os manejadores indígenas estão realizando a despesca do pirarucu, com o devido acompanhamento técnico das Instituições competentes.



APOIO A PESSOAS COM NECESSIDADES ALIMENTARES ESPECIAIS

PROGRAMA:	Programa Melhor em Casa
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SUSAM

O Serviço de Atenção Domiciliar – SAD - “Melhor em Casa” é uma modalidade de atendimento integrada às Redes de Atenção à Saúde (RAS), caracterizada por um conjunto de ações de prevenção e tratamento de doenças, reabilitação, palição e promoção à saúde, prestadas em domicílio, constituído por Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP), composta por: assistente social, enfermeiro, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, médico, nutricionista, psicólogo e técnico em enfermagem. O serviço é disponibilizado à população por meio da SUSAM em parceria com o Governo Federal. Em 2016, realizou acompanhamento e tratamento de menor complexidade em domicílio de aproximadamente 2.670 pacientes em 29.358 atendimentos, com fornecimento de produtos para suplementação e nutrição enteral, conforme classificação de atendimento e necessidades específicas com treinamento especializado no domicílio aos familiares e pacientes, visando ao resgate da autonomia no cuidado.

ACESSO À ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

AÇÃO:	VIGIÁGUA - Programa de Controle da Água para Consumo Humano
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SUSAM e Fundação de Vigilância em Saúde (FVS)

O programa fornece subsídios para a estruturação da vigilância da qualidade da água para consumo humano nas três esferas do SUS. Em 2016, a Coordenação Estadual do Programa Vigiágua distribuiu 3.394.407 unidades de hipoclorito de sódio a 2,5 % para os 61 municípios e 130.850 unidades para órgãos parceiros: Secretaria Municipal de Manaus (SEMA), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Fundação Amazônia Sustentável. Doação de equipamentos de Laboratório de Vigilância da Qualidade da Água de Consumo Humano para as Secretarias de Saúde de 4 municípios: Careiro, Maués, Benjamin Constant e Tabatinga e de insumos para a coleta e análise de amostras de água para consumo humano, visando dar suporte às atividades do Programa Vigiágua nos 23 municípios implantados em 2017, que são: Manaus, Parintins, São Paulo de Olivença, Autazes, Itacoatiara, Tabatinga, Nova Olinda do Norte, Eirunepé, São Gabriel da Cachoeira, Borba, Presidente Figueiredo, Atalaia do Norte, Urucurituba, Benjamin Constant, Tefé, Maués, Apuí, Coari, Barreirinha, Canutama, Novo Aripuanã, Manicoré e Careiro Castanho.

PROGRAMA:	Plano Safra AM
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SEPROR

O Plano Safra Amazonas tem a missão de ser o guia norteador dos investimentos necessários para o desenvolvimento de cadeias produtivas no interior do Amazonas dos produtores rurais, agricultores familiares, associações, cooperativas, pescadores, manejadores, indígenas, extrativistas e demais atores sociais do segmento. Com o objetivo de melhorar o que já está em funcionamento, com mecanização e insumos, bem como capacitar o produtor, além de capacitar e disponibilizar técnicos para acompanhar as tendências de modernização e transferência de tecnologia. O incentivo da mecanização por meio de fomento agrícola (financiamento ou realização de serviços) e de parcerias com prefeituras municipais, associações e cooperativas de agricultores familiares/produtores rurais, com repasse de patrulhas mecanizadas para fins agropecuários.

REFORMA AGRÁRIA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

AÇÃO:	Regularização Fundiária
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Secretaria de Estado de Política Fundiária (SPF)

Através do convênio celebrado com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), foram expedidos 676 títulos definitivos distribuídos em 19 municípios do Estado do Amazonas. A regularização fundiária em área rural garante segurança jurídica, acesso a financiamentos da Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM), suporte técnico do IDAM para melhorar a produção rural e a melhoria do controle ambiental no Estado. O Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM) acompanha a entrega para fazer o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de todos os beneficiados, o que garante a obtenção da licença ambiental, suspensão de multas aplicadas até 2008, acesso a créditos e a financiamentos bancários.

CAPÍTULO 03

DESAFIOS DO PLANO ESTADUAL DE SAN

Um desafio maior no Amazonas é alcançar todos os municípios, com suas características de acesso diferenciadas e principalmente fluviais, que durante parte do ano alguns locais tornam-se inacessíveis pela seca dos rios, isolando comunidades a exemplos de ribeirinhos e indígenas. O PLANESAN tem objetivos consonantes com as diretrizes da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional disposta na Lei Nº 3.476, de 3 de fevereiro de 2010. A união de esforços deve surgir de gestores estaduais, municipais e órgãos parceiros, de forma direta ou indiretamente com a SAN para atender a demanda prioritariamente de povos e comunidades tradicionais a superar os seguintes desafios:

- ü Implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e a municipalização das ações;
- ü Identificação do direito à alimentação adequada nas diferentes políticas públicas operacionalizadas nos municípios.
- ü Promoção da EAN com objetivo de incentivar a alimentação saudável;
- ü Implementação de mecanismos para divulgação e monitoramento da violação do DHAA;
- ü Promoção do acesso à alimentação de qualidade e de modos de vida saudável;
- ü Preservação dos recursos hídricos e acesso para grupos populacionais em situação de vulnerabilidade;
- ü Fortalecimento da produção de alimentos com base em ações coletivas, familiares e pesca.
- ü Elaboração e distribuição de material didático para EAN aos equipamentos públicos de diversas áreas para campanhas educativas de alimentação adequada e saudável;
- ü Manutenção de rede social para divulgar a EAN e os princípios do DHAA;
- ü Apoio técnico para implementação e fortalecimento do PAA nas suas diversas etapas e municípios.

CAPÍTULO 04

DIRETRIZES, METAS E AÇÕES DO PLANO ESTADUAL DE SAN

As metas do PLANESAN foram referenciadas nas diretrizes do Art. 3º do Decreto nº 7272/2010 e na 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas. A construção das ações reuniu secretarias e órgãos governamentais com atividades específicas de SAN, contempladas no PPA do Estado, como detalhadas a seguir:

DIRETRIZ 1 - PROMOÇÃO DO ACESSO UNIVERSAL À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL, COM PRIORIDADE PARA AS FAMÍLIAS E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE INSAN.

METAS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PPA
Oferta da alimentação adequada e saudável para os alunos das escolas estaduais (indígena e quilombolas).	SEDUC		Programa 3249
AÇÕES RELACIONADAS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	
Acompanhamento da entrega de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos;	SEPROR	CONSEA	
Sensibilização dos órgãos para orientação de encaminhamento de denúncias da violação do DHAA para os centros de referências na capital, interior e municípios fronteiriços.	SEJUSC	CONSEA	

DIRETRIZ 2 - PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMAS DESCENTRALIZADOS DE BASE AGROECOLÓGICA E SUSTENTÁVEIS DE PRODUÇÃO, EXTRAÇÃO, PROCESSAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS.

METAS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PPA
Apoio à implantação e implementação de agroindústria de produtos de origem agropecuária, florestal e pesqueira;	SEPROR, IDAM e DAF		Programa 3277
Capacitação de agricultores familiares e produtores rurais;	SEPROR e IDAM		Programa 3277

Defesa agropecuária e florestal;	SEPROR, IDAM e DAF		Programa 3277
Fomento e apoio à produção agropecuária, florestal e pesqueira;	SEPROR e IDAM		Programa 3277
Incorporação de tecnologia para modernização de sistema produtivo;	SEPROR e IDAM	ADS	Programa 3277
Infraestrutura de comercialização, de escoamento da produção e transporte;	SEPROR e IDAM	ADS	Programa 3277
Aquisição de produtos regionalizados para alimentação escolar da rede estadual de ensino.	SEDUC	ADS	Programa 3135
AÇÕES RELACIONADAS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	
Apoio ao crédito rural;	SEPROR e IDAM		
Apoio às relações de fomento;	IDAM		
Informações técnicas para agricultores familiares, pescadores artesanais e produtores rurais - palestras;	IDAM	SEDUC	
Aumento do número de feiras de produtos regionais dos agricultores familiares na capital e nos municípios;	ADS	IDAM	
Apoio nas coletas do programa PARA, da ANVISA e implantação do programa estadual de vigilância dos níveis de resíduos de agrotóxicos em alimentos regionais em 2018;	FVS – LACEN / DEVISA / DVA	ADAF	
Atender até 50 municípios através do termo de adesão do Programa de Aquisição de Alimentos;	SEPROR	IDAM	
Cadastrar até 1500 agricultores familiares para participar do Programa de Aquisição de Alimentos.	SEPROR	IDAM	

DIRETRIZ 3 - INSTITUIÇÃO DE PROCESSOS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PESQUISA E FORMAÇÃO NAS ÁREAS DE SAN E DHAA.

METAS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PPA
Promover a adesão de 20% dos 62 municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN);	CAISAN	CONSEA	Programa 2592
Gestão e Monitoramento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;	SEAS / CAISAN	CONSEA	Programa 3237
AÇÕES RELACIONADAS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	
Criação de campanhas educativas visando à reeducação alimentar para	SEDUC		
Implantar nas escolas de ensino fundamental, médio e técnico, cursos para qualificação, treinamento e orientações técnicas para a produção de alimentos, não abandonando o cultivo de produção rural;	SEDUC	ADS / SESI	
Educação nutricional para professores, merendeiras e gestores públicos dos municípios do Estado do Amazonas;	SEDUC		
Implantação de hortas escolares nas escolas estaduais da capital e interior	SEDUC	UEA	
Realização de palestras e oficinas com temas relacionados à educação alimentar e nutricional nos CECF, CECI e SOS Cidadão;	SEAS		
Acompanhamento, orientação e apoio técnico aos municípios do Estado no âmbito da SAN para garantia do DHAA;	CAISAN	CONSEA	
Apoio técnico para a divulgação dos princípios do Guia Alimentar da População Brasileira para as UBS's nos municípios do Estado na formação de multiplicadores;	SUSAM	SEDUC	

<p>Reduzir 25% do déficit de peso para idade de crianças indígenas menores de 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família, por meio de ações articuladas no âmbito da saúde, educação e assistência social, priorizando práticas alimentares regionais e promotoras de saúde;</p>	<p>SUSAM SEAS e SEDUC</p>		
<p>Reduzir 20% do déficit de peso para idade de crianças quilombolas menores de 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família, por meio de ações articuladas no âmbito da saúde, educação e assistência social, priorizando práticas alimentares regionais e promotoras de saúde;</p>	<p>SUSAM SEAS e SEDUC</p>		
<p>Elaboração do II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e apoio a realização da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;</p>	<p>CAISAN</p>		
<p>Fomentar a elaboração de Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nos municípios do Estado;</p>	<p>CAISAN</p>		
<p>Apoiar o fortalecimento das Caisans Municipais nas atribuições relativas à promoção da intersectorialidade da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;</p>	<p>CAISAN</p>		
<p>Garantir o funcionamento do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;</p>	<p>SEAS / CAISAN</p>		
<p>Divulgação à sociedade das ações de fiscalização sanitária em estabelecimentos e produtos pertinentes a 4 alimentos ofertados em Manaus até 2019;</p>	<p>DEVISA / FVS</p>		
<p>Implementação do acesso às informações sobre vigilância sanitária de alimentos saudáveis por produtores artesanais (RDC 49/2013) em 5 municípios do Estado até 2019.</p>	<p>DEVISA / FVS</p>	<p>VISAS MUNICIPAIS</p>	

DIRETRIZ 4 - PROMOÇÃO, UNIVERSALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL VOLTADAS PARA QUILOMBOLAS, DEMAIS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.

(INDÍGENAS E RIBEIRINHOS)

METAS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PPA
Gestão ambiental e territorial compartilhada nas comunidades indígenas;	SEJUSC	FEI	Programa 3006
Produção sustentável dos povos indígenas;	SEJUSC	FEI	Programa 3006
Promoção dos direitos socioculturais dos povos indígenas.	SEJUSC	FEI	Programa 3006
AÇÕES RELACIONADAS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	
Capacitar e apoiar os municípios prioritários na realização de inquéritos de investigação de surtos de doenças diarreicas agudas e de transmissão alimentar;	FVS DVE / DEVISA	VISAS MUNICIPAIS	
Realizar georreferenciamento dos povos de religião de matriz africana e população quilombolas em Manaus;	SEJUSC	SEMMASDH	
Monitorar e avaliar 18 municípios com famílias quilombolas beneficiárias pelo PBF, nas condicionalidades de saúde;	SUSAM	SEAS/SEDUC SEMSA	
Realizar 2 capacitações aos profissionais da Estratégia Saúde da Família para acompanhamento das pessoas com doenças falciformes;	SUSAM	UEA	
Promoção da temática Saúde da População Negra e enfrentamento ao racismo institucional em 62 municípios;	SUSAM	UEA / SEMSA	
Qualificar o registro de informações no Sistema E-SUS, em 18 municípios com registro de populações descendentes de quilombos.	SUSAM	SEMSA	

DIRETRIZ 5 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO EM TODOS OS NÍVEIS DA ATENÇÃO À SAÚDE, DE MODO ARTICULADO ÀS DEMAIS AÇÕES DE SAN.

METAS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	
Monitoramento das ações do Programa Melhor em Casa na capital do Estado;	SUSAM		
Implantação da Estratégia Nacional de Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar nas UBS's com a formação de tutores;	SUSAM	SEDUC	
Acompanhar de acordo com a Agenda Federal a implantação do Sistema Eletrônico de Notificação e Registro de Produtos na Área de Alimentos;	FVS - DVISA		
Pactuar com 10 visas municipais a capacitação e atuação nas inspeções de cantinas em escolas públicas e particulares, visando às ações de promoção da alimentação adequada e saudável nas escolas públicas e particulares, com ênfase na promoção de cantinas escolares saudáveis em 2018;	DEVISA - FVS	VISAS MUNICIPAIS	
Monitoramento das metas de redução de sódio em massas, pães e biscoitos processados em Manaus em 2019;	FVS DEVISA/LACEN	VISA MANAUS	
Implementar a vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos em 5 municípios prioritários até 2019.	FVS	DEVIS DVA/LACEN	

DIRETRIZ 6 - PROMOÇÃO DO ACESSO UNIVERSAL À ÁGUA DE QUALIDADE E EM QUANTIDADE SUFICIENTE, COM PRIORIDADE PARA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA HÍDRICA E PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA PESCA E AQUICULTURA.

METAS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PPA
Implantação, ampliação, modernização e recuperação do sistema de abastecimento de água;	SEINFRA e COSAMA		Programa 3239
Manutenção do sistema de abastecimento de água – COSAMA.	SEINFRA e COSAMA		Programa 3239

AÇÕES RELACIONADAS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	
Aumentar de 30 para 42 o zoneamento das Unidades de Conservação (UC) de forma participativa com as populações tradicionais locais.	SEMA		

DIRETRIZ 7 - APOIO A INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR, SAN E DO DHAA EM ÂMBITO INTERNACIONAL.

METAS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PPA
Intercâmbio e cooperação interinstitucionais, nacional e internacional.	FAPEAM		Programa 3244

AÇÕES RELACIONADAS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	
Articulação intersetorial para garantia do DHAA aos migrantes.	SEJUSC		
Sensibilização nas escolas da rede estadual quanto à violação do DHAA.	SEJUSC		

DIRETRIZ 8 - MONITORAMENTO DA REALIZAÇÃO DO DHAA.

METAS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PPA
Garantia de direito violados - DHAA	SEAS		Programa 3235

AÇÕES RELACIONADAS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	
Monitoramento da violação do DHAA através dos centros de referências nos municípios do Estado;	SEJUSC		
Estabelecimento de fluxo de exigibilidade para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), em conformidade com a Lei 11.346/2006.	CAISAN SEJUSC	CONSEA	

Capítulo 05

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Segundo o Art. 21 do Decreto 7272/2010, o sistema de monitoramento do PLANESAN será organizado de forma integrada, utilizando-se de instrumentos, metodologias e recursos capazes de aferir a realização progressiva do DHAA e SAN estabelecida no plano. O acesso à informação, à participação social, à equidade e a transparências são os princípios essenciais do monitoramento, que deverão atender as particularidades específicas dos indicadores existentes nos diversos setores e contemplar as seguintes dimensões de análise:

- I - produção de alimentos;
- II - disponibilidade de alimentos;
- III - renda e condições de vida;
- IV - acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água;
- V - saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados;
- VI - educação; e
- VII - programas e ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

O monitoramento e a avaliação devem utilizar informações e indicadores disponibilizados em todas as esferas e setores do governo, prioritariamente identificar os grupos populacionais mais vulneráveis à violação do DHAA, consolidando dados sobre desigualdades sociais e étnico-raciais. A CAISAN/AM através de um comitê técnico será responsável para tornar públicas as informações de indicadores, desafios e metas do PLANESAN no Estado. A última dimensão será avaliada pelos órgãos gestores dos programas e ações de SAN, com emissão de relatórios periódicos qualitativos e quantitativos dos dados de metas atingidas.



PLANILHA DE MONITORAMENTO DO PESAN - AMAZONAS

DIMENSÕES DE SAN	INDICADORES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PERÍODOS	FONTES
PRODUÇÃO E DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS	Volume de alimentos produzidos no Estado e por município (toneladas)	SEPROR	ANUAL	PAM - IBGE
	Volume de pescado produzido no Estado e por município (toneladas) .	IDAM	ANUAL	IDAM
	Quantidade de beneficiários das atividades de ATER nos municípios (agricultores familiares, indígenas, quilombolas, pescadores e ribeirinhos).	IDAM	ANUAL	IDAM
	Número de feiras de produtos regionais dos agricultores familiares na capital e nos municípios.	ADS	ANUAL	ADS
	Volume de produtos regionalizados adquiridos de agricultores familiares para a alimentação escolar estadual.	SEDUC/ADS	SEMESTRAL	SEDUC/ADS
	Quantidade de agroindústrias de produtos de origem agropecuária, florestal e pesqueira implantadas no Estado.	SEPROR IDAM / ADAF	ANUAL	SEPROR IDAM / ADAF
	Quantidade de alimentos distribuídos pelo PAA - SEPROR .	CAISAN	ANUAL	SEPROR
	Número de operações da linha de crédito orientada do PRONAF .	SEPROR/IDAM	ANUAL	SEPROR/IDAM
RENDA E CONDIÇÕES DE VIDA	Índice de GINI do Estado	CAISAN	ANUAL	PNAD - IBGE
	% da população ocupada	CAISAN	SEMESTRAL	PAM - IBGE
	Renda média domiciliar per capita	CAISAN	SEMESTRAL	PAM - IBGE
	% de famílias em extrema pobreza por município	CAISAN	SEMESTRAL	MDS
	PIB per capita dos municípios	SEPLANCT	SEMESTRAL	SEPLANCT
	% da rede de esgoto do Estado	CAISAN	SEMESTRAL	PAM - IBGE
	Cobertura da coleta de lixo	CAISAN	SEMESTRAL	PAM - IBGE
Percentual do Grau de INSAN nos domicílios do Estado.	CAISAN	SEM PERIODICIDADE DEFINIDA	PNAD - IBGE	
Percentual dos macronutrientes do cardápio da merenda escolar das escolas indígenas, quilombolas e ribeirinhas da rede estadual.	SEDUC	ANUAL	SEDUC	
Quantidade de famílias beneficiadas pelo PAA - SEPROR .	SEPROR	SEMESTRAL	SEPROR	

*Todos os demais indicadores que podem avaliar a dimensão são contemplados na POF (última em 2008/2009) e sem previsão para a realização da próxima

	*Quilômetros em implantação e recuperação do sistema de abastecimento.	SEINFRA	ANUAL	COSAMA
	*Quilômetros em manutenção do sistema de abastecimento .	SEINFRA	ANUAL	COSAMA
ACESSO À ÁGUA	% das escolas com abastecimento de água potável para a produção da merenda escolar e consumo na área urbana.	SEDUC	ANUAL	SEDUC/INEP
	% das escolas com abastecimento de água potável para a produção da merenda escolar e consumo na área rural	SEDUC	ANUAL	SEDUC/INEP
	% de domicílios urbanos abastecidos por rede geral de distribuição no Estado do Amazonas .	CAISAN	ANUAL	PNAD - IBGE
	% de domicílios rurais abastecidos por rede geral de distribuição no Estado do Amazonas .	CAISAN	ANUAL	PNAD - IBGE
	Quantidade de Unidades de Conservação (UC) implantadas e legalizadas em áreas com as populações tradicionais locais.	SEMA	ANUAL	SEMA

*medida utilizada no PPA

SAÚDE	Índice de peso/idade em crianças beneficiárias do PBF (ribeirinhas, quilombolas, indígenas) < de 5 anos do Estado.	CAISAN SUSAM	SEMESTRAL	SISVAN DAB - MS
	Índice de peso/altura em crianças beneficiárias do PBF (ribeirinhas, quilombolas, indígenas) < de 5 anos do Estado.	CAISAN SUSAM / SAN	SEMESTRAL	SISVAN DAB - MS
	Índice de altura/idade em crianças beneficiárias do PBF (ribeirinhas, quilombolas, indígenas) < de 5 anos do Estado.	CAISAN SUSAM	SEMESTRAL	SISVAN DAB - MS
	Índice de IMC em crianças beneficiárias do PBF (ribeirinhas, quilombolas, indígenas) < de 5 anos do Estado.	CAISAN SUSAM	SEMESTRAL	SISVAN DAB - MS
	Estado nutricional de gestantes beneficiárias do PBF	CAISAN SUSAM	SEMESTRAL	SISVAN DAB - MS
	Prevalência de aleitamento materno/municípios	CAISAN SUSAM	SEMESTRAL	SISVAN DAB - MS
	Taxa da mortalidade infantil	CAISAN SUSAM	ANUAL	SIM/SINASC
	Estado nutricional de adultos	CAISAN SUSAM	ANUAL	SISVAN DAB - MS

EDUCAÇÃO	Taxa de analfabetismo no Estado	SEDUC	ANUAL	IBGE/SEDUC
	Taxa do IDEB das escolas da rede pública da 8ª série por município	CAISAN	ANUAL	INEP
	Média de anos de estudo de 17 anos ou mais em domicílios na área urbana dos municípios do Estado	SEDUC	ANUAL	SEDUC
	Média de anos de estudo de 17 anos ou mais em domicílios na área rural dos municípios do Estado	SEDUC	ANUAL	SEDUC

Referências Bibliográficas

ÁTHILA, A. R., Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/SAGI/DA, Avaliação dos efeitos das transferências monetárias do Programa Bolsa Família sobre povos indígenas residentes em terras indígenas: estudo de caso da Terra Indígena Alto Rio Negro (AM). Brasília, 2014.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990.

_____, Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set 2006.

_____, Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan 2010.

_____, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. VIGITEL Brasil 2010: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília, DF, 2011. 152 p.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: promovendo modos de vida e alimentação adequada e saudável para a população Brasileira. Brasília, 2014.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional com foco na Desnutrição a partir da análise do Cadastro Único e do SISVAN. Brasília, 2014.

_____, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição, 1ª ed. 1ª reimpr., Brasília: DF, 2013, 84 p.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – 2015/2020. Brasília, DF, 2014, 73 p.

_____, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2ª ed., Brasília, DF, 2014, 156 p.

_____, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no Sistema Único de Saúde: manual de implementação. 1ª. ed. rev., Brasília, DF, 2015, 152 p.

_____, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. VIGITEL Brasil 2016: Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília, DF, 2017, 160 p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Pesquisa Nacional da Cesta Básica 2016. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em 15 mai 2017.

E-SIGA: SISTEMA DE INFORMAÇÕES GOVERNAMENTAIS DO AMAZONAS. Disponível em: <<http://www2.e-siga.am.gov.br/portal/page/portal/esiga2009>>. 2017> Acesso em 14 mai 2017.

ESTADO DO AMAZONAS. Decreto nº 24.142 de 07 de abril de 2004. Institui o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas, CONSEA-AM e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 2004.

_____. Lei nº 3.167, de 28 de agosto de 2007. Reformula as normas disciplinadoras da Política Estadual de Recursos Hídricos e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e estabelece outras providências. Diário Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 2007.

_____. Lei nº 3.476, de 03 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, cria o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 2010.

_____. Decreto-Lei nº 32.588, de 16 de julho de 2012. Cria no âmbito do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN/AM a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN. Diário Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 2012.

_____. Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. Documento final da 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional: comida de verdade no campo e na cidade. Manaus, 2015.

_____. Tribunal De Contas do Estado do Amazonas. Relatório Conclusivo de Auditoria Operacional e Ambiental em Sistemas Públicos de Abastecimento de Água do Amazonas. Manaus, 2015.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Amazonas – SEDUC, Amazonas, 2016. Disponível em : http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/tabulador_tabcad_brasil.php?p_frequencia=1 Acesso: em 10 de abril de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE . Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios.Segurança Alimentar 2004-2009. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO AMAZONAS – IDAM. Relatório de Atividades do IDAM, Amazonas, 2016.

_____. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011.

_____. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios.Segurança Alimentar 2013. Rio de Janeiro, 2013.

_____. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015. Rio de Janeiro, 2015.

_____. Produção Agrícola Municipal: PAM. Disponível em:<<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>> Acesso em 14 mai 2017.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados> Acesso em 31 ago 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Censo Escolar. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>> Acesso em 14 mai 2017.

_____. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>> Acesso em 14 mai 2017.

JANNUZZI, P.; FALCÃO, T.; CASTRO, I.; (Orgs). Brasil sem miséria: resultados, institucionalidades e desafios. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, n. 25. Brasília, DF, 2016.

LEÃO, M. (Org.). O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. ABRANDH, Brasília, DF, 2013. 263 p.

MENEGHETTI, G. A e SOUZA, S. R. A agricultura familiar do Amazonas: conceitos, caracterização e desenvolvimento. Revista Terceira Margem Amazônia. Embrapa Amazônia Ocidental. Amazonas, 2015

MIRANDA, R. S., Zona Franca de Manaus: desafios e vulnerabilidades. Núcleo de estudos e pesquisa. Brasília, 2013, 35 p.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, Rede Interagencial de Informação para a Saúde. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações. 2. ed., Brasília, DF, 2008, 349 p.

PINHEIRO, J. D. (Org). Avaliação dos efeitos das transferências monetárias do Programa Bolsa Família sobre povos indígenas residentes em Terras Indígenas: estudo de caso da Terra Indígena Barra Velha (BA). Brasília, DF, 2014.

PINTO, R. A., et al. (Orgs). Quilombos do Brasil: segurança alimentar e Nutricional em Territórios Titulados. Brasília, DF, 2016.

SAMPAIO, M. de F. A. et al. (In)segurança alimentar: experiência de grupos focais com populações rurais do Estado de São Paulo. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 13, n. 1, p. 64-77, 2007.

SCHOR, T. et al. Do peixe com farinha à macarronada com frango: uma análise das transformações na rede urbana no Alto Solimões pela perspectiva dos padrões alimentares. Confins, Paris, v. 20, p. 21, 2015.

SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – SISVAN. Disponível em : <<http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/sisvanV2/>>. Acesso em 12 ago 2017.

VERDUM, R., MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DE INFORMAÇÃO. Estudo Etnográfico sobre o Programa Bolsa Família entre Povos Indígenas: Relatório Final. Brasília, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Diet, nutrition and the prevention chronic diseases. Technical report series, n. 916, Geneva, 2003.



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL



SISAN
SISTEMA NACIONAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL

MINISTÉRIO DO
**DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**